



## PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE

### RESUMO TÉCNICO DO MONITORAMENTO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO JURUENA AGOSTO DE 2021

**Adriana Werneck Regina e Cristian Felipe Rodrigues**

#### **Introdução**

Apresentamos o resumo técnico do monitoramento independente das usinas hidrelétricas na região hidrográfica da bacia do Juruena, realizado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN), atualizado até a primeira quinzena de agosto de 2021.

Este é um trabalho baseado nas informações disponibilizadas pelos órgãos públicos competentes, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Coordenadoria de Licenciamento Estadual de Impactos (CLEIA) da Secretaria do Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT), o Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (SIMLAM), o Diário Oficial de Mato Grosso (Iomat), entre outras fontes secundárias. Ressaltamos que são arquivados os documentos comprobatórios das informações levantadas em nosso monitoramento, assegurando a confiabilidade da pesquisa desenvolvida pela OPAN.

O acompanhamento dos avanços das usinas hidrelétricas pretende ser uma ferramenta para os povos e comunidades que estão interessados em fazer valer os seus direitos de consulta livre prévia e informada, conforme acordos e convenções internacionalmente constituídos, tornando os empreendimentos de infraestrutura projetos da sociodiversidade e do bem coletivo. É questionada a lógica de um empreendedorismo lucrativo que converte a matriz energética num próspero negócio mercadológico e voltado ao atendimento de poucos grupos corporativos e que, por decorrência disso, sacrifica bens que são patrimônios coletivos como a água.

#### **1. A bacia do Juruena e as suas microbacias**

Adotamos como metodologia a subdivisão da bacia do Juruena em seis microbacias sendo elas:

- 1. Microbacia do Arinos**, compreendendo os rios Arinos, Alegre, Claro, dos Patos, Mestre Falcão, Apiacazinho, os ribeirões Buritizal, Água Verde, Lagoa Rasa e Santo Antônio e o córrego Diamante;
- 2. Microbacia do Sangue** abrangendo os rios Membeca, Ponte de Pedra, Sangue e os córregos Bela



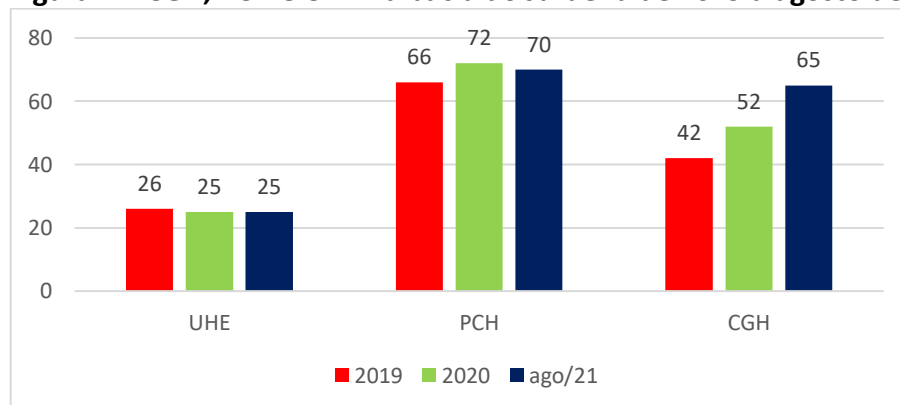
Vista e Itapiranga; **3. Microbacia dos Peixes** englobando o rio dos Peixes e os córregos Capivara, do Campo, do Veado e Negro; **4. Microbacia do Juruena** abarcando os rios Juruena, Juína, Formiga, Massuti e os córregos Perdizes e Sete de Setembro; **5. Microbacia do Papagaio** contemplando os rios Papagaio, Buriti, Sacre, Sapezal, Saué-Uiná e os córregos Água Quente e Santa Cruz e; **6. Microbacia São João da Barra** com o rio que leva o mesmo nome.

A partir do resultado de nosso monitoramento, destacamos o sinal de alerta às microbacias do Sangue, do Arinos e do Juruena, as quais serão os focos centrais deste resumo técnico. Com relação às demais microrregiões, restringimo-nos em caracterizar alguns casos específicos, avaliados como importantes alvos de atenção.

## 2. Panorama geral do complexo hidrelétrico na bacia do Juruena

Em agosto de 2021, identificamos **160 aproveitamentos hidrelétricos** na bacia do Juruena. Comparando com os monitoramentos anteriores, observamos que de 2019 até agosto de 2021, foram descobertas 20 novas Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). Com relação às Usinas Hidrelétricas (UHEs) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) há estabilidade nos valores, conforme retrata o gráfico abaixo.

**Figura 1 – CGH, PCH e UHE na bacia do Juruena de 2019 a agosto de 2021**



Fonte: OPAN, agosto de 2021

### Política de incentivo às CGHs

De acordo com as Resoluções Normativas Nº 673 de 4 de agosto de 2015 e a Nº 875 de 10 de março de 2020 do Ministério de Minas e Energia/Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as CGHs estão dispensadas de solicitar à ANEEL o Despacho do Registro de Intenção (DRI), o Despacho



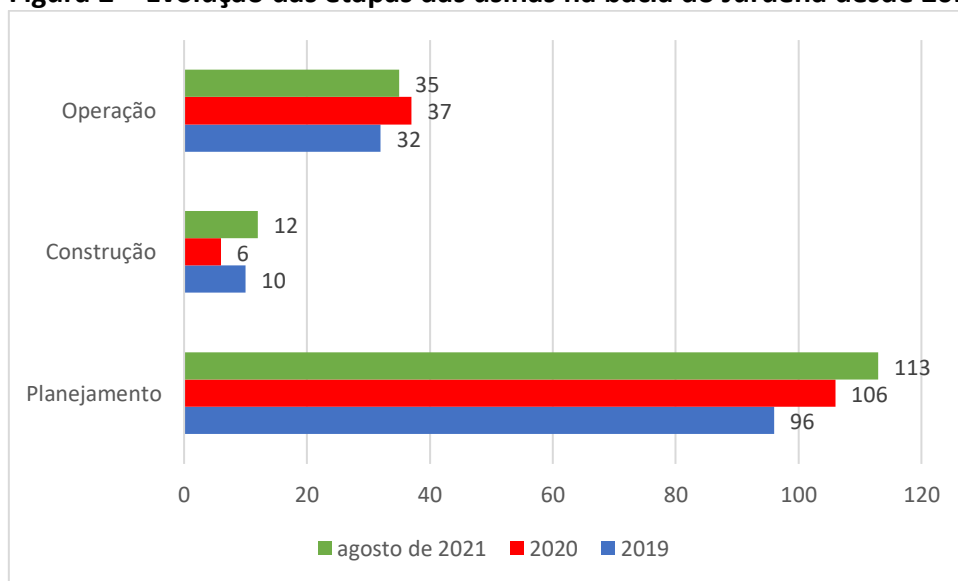
de Registro de Adequabilidade (DRS), a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e a outorga. Essas dispensas reduzem o tempo entre a concepção e a implementação de um projeto.

No caso desses empreendimentos de menor porte, portanto, as iniciativas dos empreendedores referentes à etapa de planejamento tornam-se eclipsadas, uma vez que não há a necessidade de eles revelarem publicamente os seus projetos básicos, tampouco destes últimos serem aprovados pela ANEEL. É apenas quando o empreendedor faz a solicitação ao órgão competente da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO) ou da outorga que conseguimos acompanhar os avanços das fases de uma CGH e, inclusive, de conhecer a existência de um projeto dessa modalidade.

Compreendemos que essas normativas operam como um incentivo à implementação de CGHs, cujos desdobramentos são reconhecidos na bacia do Juruena, dando sentido a um dos sinais de alerta que destacamos nas microbacias do Sangue e Arinos.

Ademais, chamamos a atenção para o aumento de projetos hidrelétricos que estão na etapa de construção, o que corresponde ao avanço de licenciamentos ambientais alcançados pelos seus empreendedores titulares. Similarmente, evidencia-se o aumento de usinas hidrelétricas em planejamento que retrata a descoberta contínua de novas usinas.

**Figura 2 – Evolução das etapas das usinas na bacia do Juruena desde 2019 a agosto de 2021**



Fonte: OPAN, 2021

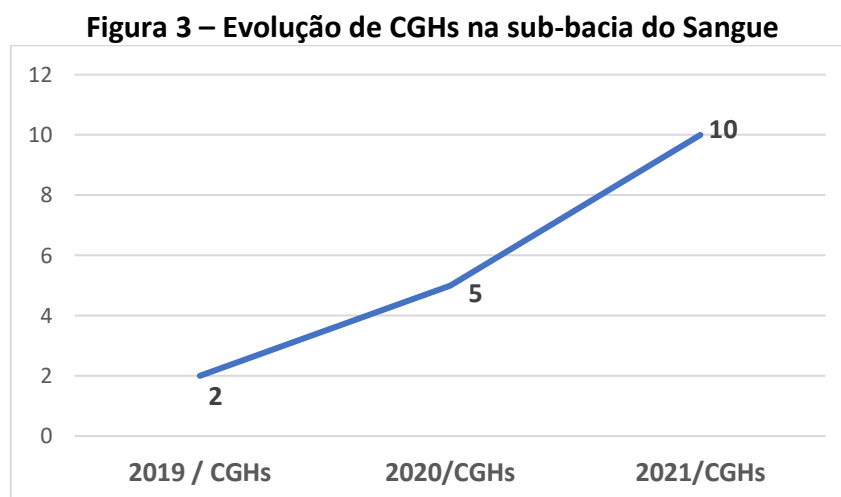


## 2.1 Microbacia do Sangue

Na microbacia do Sangue incidem diversas Terras Indígenas (TIs) como a Ponte de Pedra, Estação Parecis, Utiariti, Uirapuru – do povo Paresi –; Irantxe, Manoki – do povo Manoki-; Menkü - do povo Myky-; Erikpatsa e Japuira – do povo Rikbaktsa. São três os inventários hidrelétricos aprovados pela ANEEL que abrangem os aproveitamentos desta microrregião.

O Despacho N.º 1042, de 24 de dezembro de 2001 aprova os estudos feitos nos rios do Sangue, Ponte de Pedra e Cravari, contemplando as UHEs Paiaguá, Parecis, Roncador, Kabiara e Cinta Larga. Também as PCHs Diauarum, Bacuri, Matrinchã, Ponte de Pedra, Andorinha e Garça, Cedro, Mogno, Bocaiúva e Faveiro. O Despacho N.º 635, de 10 de outubro de 2002 aprova os estudos no rio do Sangue, entre o remanso da PCH Baruító até as nascentes, nos quais constam as PCHs Jararaca e Inxú. Por último, o Despacho N.º 3.504, de 19 de outubro de 2015 que aprova os pontos inventariados no rio Membeca, concebendo as PCHs Membeca I, Membeca II, Membeca IV, Membeca V, Membeca VI, Membeca VIII e Membeca IX.

O nosso monitoramento levantou 10 CGHs que não estão identificadas nesses inventários, a saber, a Jacupiranga, a Quatro Cantos, a Salto Baruító, a Ponte Serrada, a Cana Verde e a Novo Tempo no rio Sangue; a Ilha Rosa, no rio Norato; a Seis Lagoas no rio Membeca; a Itapiranga no rio Ulisses e; a Morrinhos no córrego Bela Vista.



Fonte: OPAN, 2021

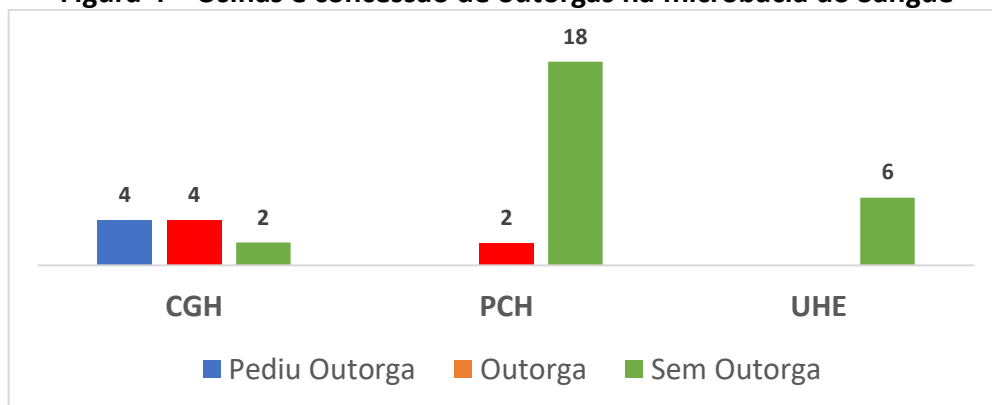
As cinco novas CGHs descobertas no primeiro semestre de 2021 foram: Ilha Rosa, Salto Baruító, Jacupiranga, Quatro Cantos e Novo Tempo.



Totalizam **36 aproveitamentos identificados na microbacia no Sangue**, 20 PCHs (55%); 10 CGHs (28%) e 6 UHEs (17%). Ainda que não predomine o número de CGHs, é importante alertar para o aparecimento contínuo e crescente das mesmas. Esse fenômeno está articulado ao fato de que independentemente da dispensa de outorga às CGHs, notamos que os empreendedores têm feito essa solicitação e que a mesma tem sido rapidamente atendida pelos órgãos competentes.

As CGHs Quatro Cantos, Ilha Rosa e Jacupiranga solicitaram a outorga em março de 2021 e tiveram o retorno positivo poucos meses após: a Quatro Cantos em junho de 2021; a Ilha Rosa e a Jacupiranga, em julho de 2021. Esses exemplos sinalizam a aceleração da análise desses pedidos resultando na igual aceleração da apropriação das nossas águas. Observamos, inclusive, que várias outorgas foram concedidas no primeiro semestre deste ano, a saber: a Cana Verde recebeu outorga em fevereiro de 2021; a Morrinhos em junho de 2021. Além disso, incidem outros processos de solicitações como o da CGH Ponte Serrada, que o fez em dezembro de 2020; o da Novo Tempo em abril de 2021 e; o da Salto Baruíto em maio de 2021.

**Figura 4 – Usinas e concessão de outorgas na microbacia do Sangue**



Fonte: OPAN, agosto de 2021

A outorga significa direito de uso exclusivo de determinada sessão de um curso d'água por, ao menos, 30 anos. A flexibilidade das normas às CGHs promove a aceleração da privatização do uso dos recursos hídricos, o que põe em risco as outras maneiras de os povos indígenas se relacionarem com as águas na região. Apenas no rio Sangue, concentram-se 6 CGHs, isto é, 6 sessões deste rio estão sujeitas à exploração energética como forma de usar o recurso hídrico.

**Destacamos um sinal de alerta para a flexibilização normativa vinculada à CGH que está acompanhada da flexibilização da concessão de outorgas, geralmente, de sessões dos córregos**

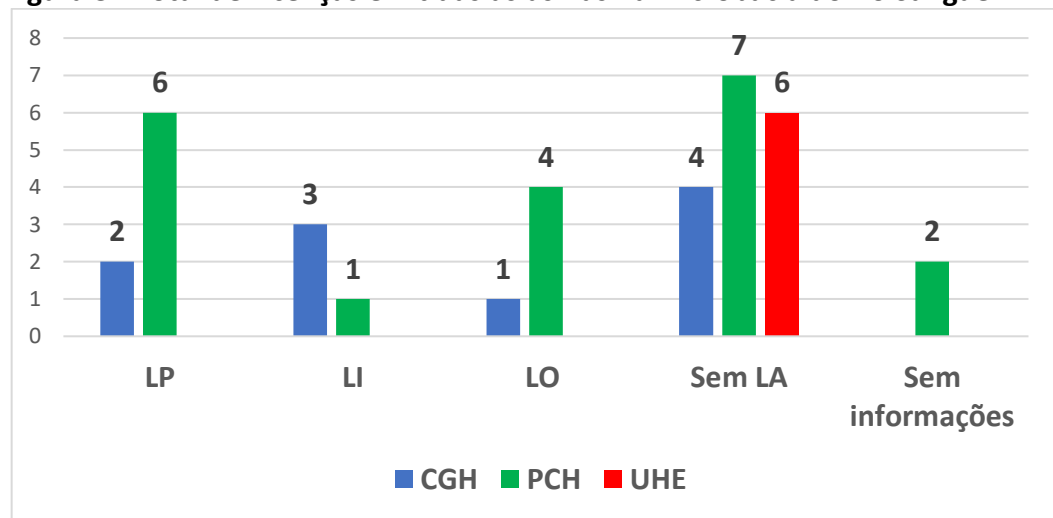


**e ribeirões. A tendência de aumentar o número dos projetos de CGHs significa, paralelamente, a aceleração da privatização das nossas águas.**

O sinal de alerta leva em conta a posição geográfica das CGHs porque parte delas está próxima à nascente, conforme poderá ser apreciado no mapa que segue em anexo a este resumo técnico.

Conforme demonstra o gráfico abaixo, a maioria dessas pequenas usinas está com processos de licenciamento em curso, indicando que as mesmas estão se concretizando.

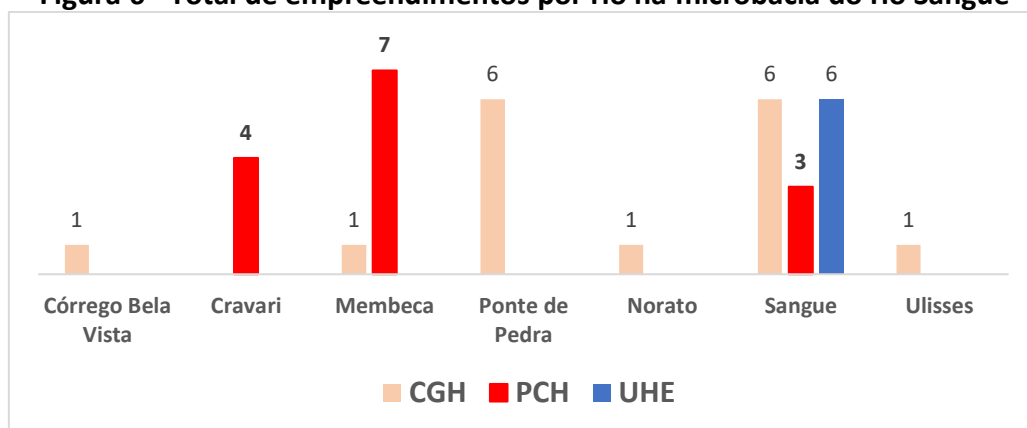
**Figura 5 - Total de Licenças emitidas às usinas na microbacia do rio Sangue**



Fonte: OPAN, agosto de 2021

O impacto das CGHs deve ser compreendido em meio a um complexo hidrelétrico que envolve também outras PCHs e UHEs.

**Figura 6 - Total de empreendimentos por rio na microbacia do rio Sangue**



Fonte: Monitoramento OPAN 2021



Informamos que a UHE Paiaguá, no rio Sangue, recebeu a DRS em novembro de 2020, além de que 5 PCHs já têm a DRDH: as PCHs Membeca V, VI, VIII e IX no rio Membeca e a Bacuri, no rio Ponte de Pedra.

No caso da microbacia do Sangue, apontamos três dimensões de riscos: a tendência em si de 10 projetos sob a modalidade de CGH; a articulação desse complexo àquele de PCHs e de UHEs incidentes na mesma microbacia; e a localização dos projetos das 4 CGHs no rio do Sangue que, além de estarem numa região próxima de nascente, elas estão circunvizinhas, sequencialmente. Ou seja, alteram o fluxo das águas de modo sequencial e bem na etapa em que o rio está se formando.

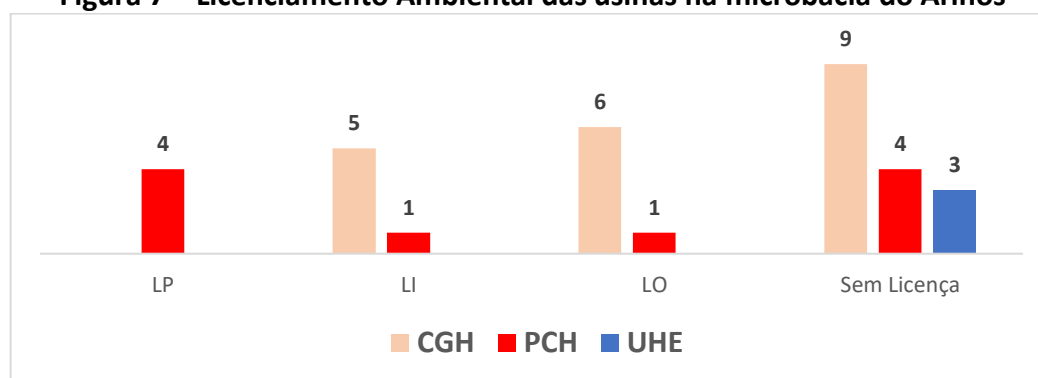
## 2.2 Microbacia do Arinos

Levantamos **33 empreendimentos na microbacia do Arinos**, sendo 20 CGHs (61%); 10 PCHs (30%) e 3 UHEs (9%). Também nesta região identificamos elevado índice de CGHs e que, inclusive, é superior aos de PCHs e UHEs.

No universo das CGHs, 9 não possuem licença ambiental, e são aquelas sobre as quais não se sabe se estão em curso Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) ou a elaboração de um projeto. É expressiva a quantidade de CGHs com licenciamento ambiental, em que 6 já estão em operação e 5 prestes a serem implementadas, pois já conseguiram a LI.

Segue o gráfico abaixo que demonstra a situação de licenciamento ambiental tanto das CGHs como das PCHs e UHE.

**Figura 7 – Licenciamento Ambiental das usinas na microbacia do Arinos**



Fonte: OPAN, agosto de 2021

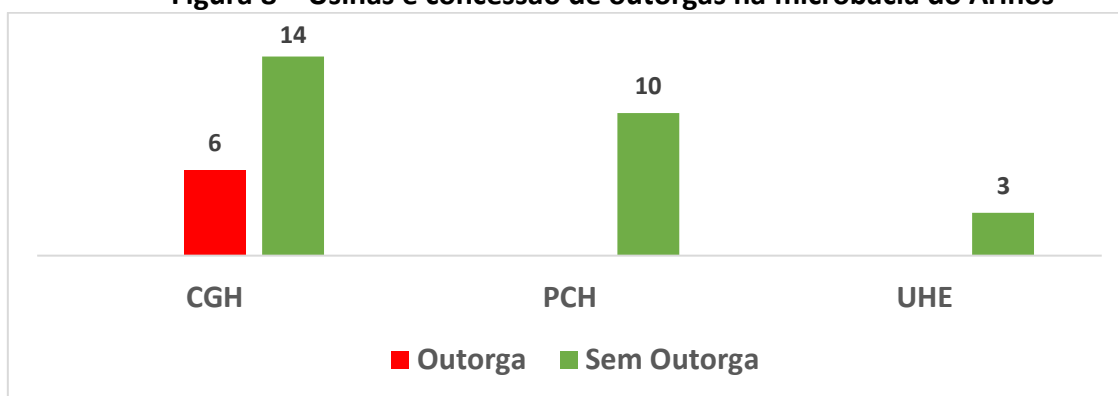
Entre as 33 usinas identificadas, a maior parte está na etapa de planejamento (61%). Na de construção, totalizam 6 hidrelétricas (18%), sendo que a maior parte é CGH e; em operação,



somam 7 (21%). Destas últimas, 6 são CGHs e 1 é a PCH Rio Claro. Fica evidenciado o favorecimento de concretizar projetos sob a modalidade de CGH.

Com relação às usinas que possuem LP, predominam as PCHs, e avaliamos que se tratam de projetos cuja implementação está em curso, são elas: as PCHs Distância, Patos, Saracura e Sumidouro. O gráfico abaixo retrata a situação da concessão de outorgas às hidrelétricas na microbacia do Arinos.

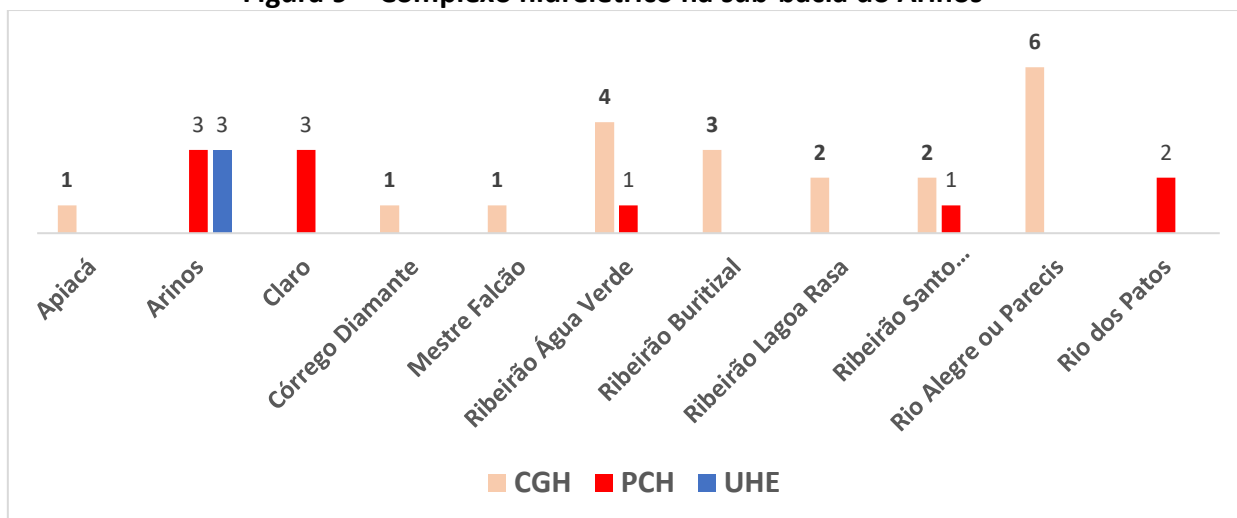
**Figura 8 – Usinas e concessão de outorgas na microbacia do Arinos**



Fonte: OPAN, agosto de 2021

Atestamos que as CGHs, mesmo dispensadas de solicitar outorgas, requerem-nas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, garantindo, assim, a apropriação exclusiva de sessões hídricas. A figura abaixo retrata o conjunto de usinas concebidas em cada rio.

**Figura 9 – Complexo hidrelétrico na sub-bacia do Arinos**



Fonte: OPAN, agosto de 2021.





Além de o sinal de alerta reincidir nesse fenômeno de multiplicação de CGHs na microrregião, chamamos a atenção para a solicitação de DRDH feita pelos responsáveis da UHE Castanheira, em 28 de outubro de 2020, o que significa a iminência do acesso à outorga. Notamos que até o momento, não foi publicado no IOMAT a Portaria de DRDH.

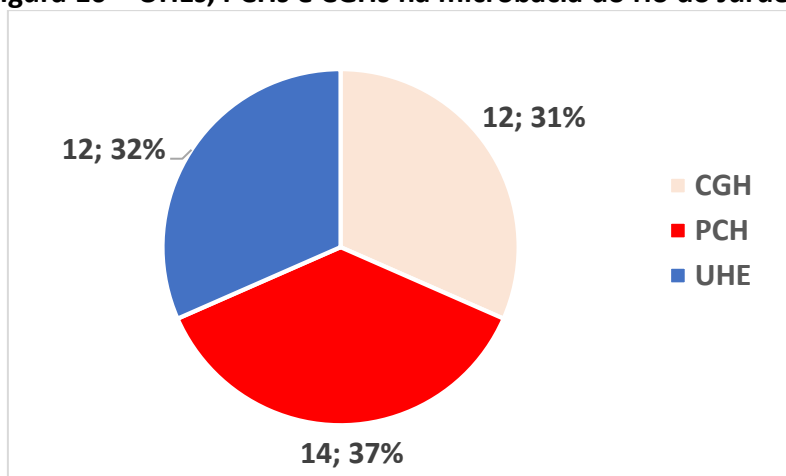
### 3. Outros alertas nas demais microbacias

Com relação às demais microbacias que compõem a sub-bacia do rio Juruena, nos restringimos em pontuar quais as usinas tiveram avanço em sua etapa e fase.

Na **microbacia do Papagaio** destacamos que a PCH Foz do Buriti já tem DRDH, à beira de conseguir outorga e que as PCHs SU-75, SU-93, SU-104, SU-118 já possuem DRI, tendo como empresas titulares uma subsidiária do grupo Bom Futuro que é a Sapezal Energia Ltda. As PCHs Porto do Buriti e Gado Bravo possuem DRS.

Na **microbacia do Juruena**, diferente das demais microrregiões, predominam as UHEs e as PCHs, intensificando a ameaça se tais projetos se concretizarem para os diversos povos e comunidades que moram nessa microrregião.

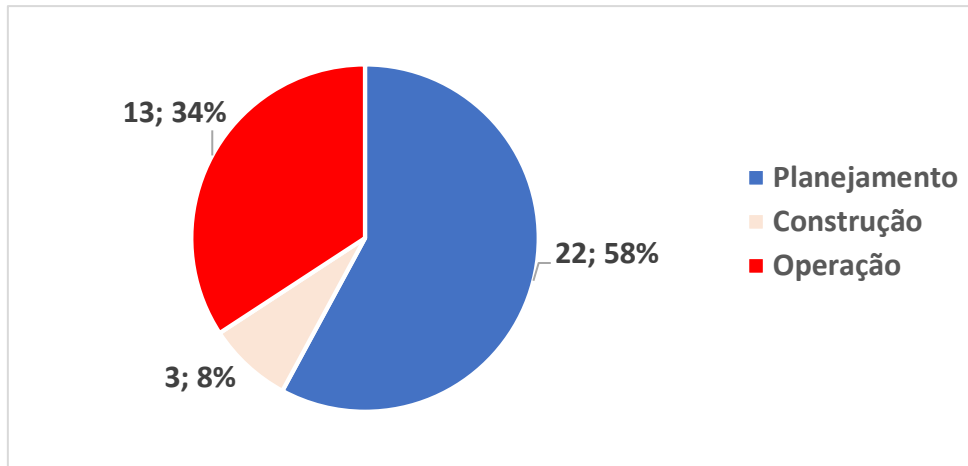
**Figura 10 – UHEs, PCHs e CGHs na microbacia do rio do Juruena**



Fonte: OPAN, agosto de 2021

Há um percentual expressivo das usinas em operação, 34%, o qual tende a aumentar porque há usinas que estão sendo licenciadas, visando à implementação em curto prazo, a saber: a CGH Juína Hum, as PCHs Comodoro e Presente de Deus. Somam-se às demais que estão em planejamento, avançando as suas etapas, tal como alertado sobre as UHEs Juruena e Cachoeirão.

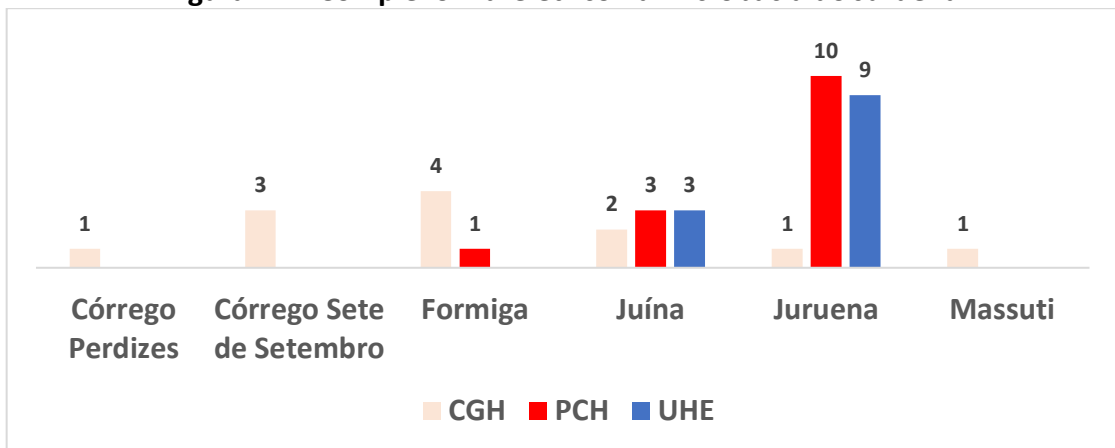
**Figura 11 – Etapas das usinas na microbacia do Juruena**



Fonte: OPAN 2021, agosto de 2021

As iniciativas dos empreendedores responsáveis pelas UHEs Cachoeirão e Juruena são avanços orientados para a concretização dos projetos. Os impactos deles são aqui avaliados em termos dessas UHEs fazerem parte desse complexo hidrelétrico de 38 usinas, na microbacia como um todo.

**Figura 12 – Complexo hidrelétrico na microbacia do Juruena**



Fonte: OPAN, 2021

Reconhecendo os rios como conectados entre si, sabemos que as usinas nos rios Formiga, Juína e Juruena não provocarão impactos locais apenas, mas trarão mudanças para os fluxos das águas e para a disponibilidade hídrica na microbacia como um todo, ameaçando os diversos territórios indígenas que fazem parte dela.